

Posfácio

A Educação Sexual em contexto escolar: Uma abordagem de projecto

A educação sexual em contexto escolar é uma temática de indiscutível atualidade e de inegável pertinência pessoal e social com uma longa história de acesos debates políticos e ideológicos, produzindo-se normativos legais e portarias cujas diretrizes nem sempre foram de fácil concretização. Em Portugal, desde 1984, se vem defendendo que a Educação Sexual deveria fazer parte integrante do currículo escolar. Contudo, ao longo destas 3 décadas, na prática têm-se verificado avanços e recuos na implementação desta necessidade estruturante do desenvolvimento humano, frequentemente por motivos meramente de opções políticas e ideológicas.

Após o investimento qualificado e empenhado desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Educação Sexual, coordenador pelo Professor Daniel Sampaio entre 2005-2007, acabou por culminar na publicação da Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, que estabeleceu o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, reforçando a integração da educação sexual no âmbito da educação para a saúde, nas áreas curriculares não disciplinares. O que nos outros países da Europa é uma prática consensual, fazendo parte do quotidiano dos estabelecimentos dos Ensino Básico e Secundário, mobilizando estudantes, professores e pais num projeto comum de educação sexual, em Portugal continua-se a resistir e a adiar a generalização da implementação de um projeto consistente e real de educação sexual.

Ao longo destes 30 anos, muitas intervenções de Educação Sexual foram desenvolvidas em contexto escolar, mas nem sempre com as metodologias de intervenção mais adequadas às necessidades dos públicos alvos e, raramente, com a preocupação de avaliação dos impactos da sua eficácia (McIntyre & Araújo, 1999; Menezes, 2010). Frequentemente estas intervenções reduziram-se a meras ações avulsas, protagonizadas sobretudo por entidades exteriores ao meio escolar, com objetivos predominantemente remediativos, centradas na informação, como por exemplo a prevenção da SIDA, a gravidez não planeada na adolescência... e não preferencialmente com objetivos promocionais do desenvolvimento humano integral, por isso, com reduzida ou nula eficácia. Estas intervenções adotaram preferencialmente uma metodologia de programa, de cariz informativo ou instrutivo, impondo aos participantes quadros de referência com atividades empacotadas, com a pretensão de que adquiram competências passíveis de serem ensinadas, treinadas, adquiridas e generalizadas aos diversos contextos e situações de vida dos indivíduos. A avaliação da eficácia destes programas de intervenção é praticamente nula, na melhor das hipóteses com resultados a curto prazo que se esbatem ao longo do tempo: o que se adquire rapidamente perde-se imediatamente (Martin, 1990).

Em contraponto, as intervenções que partem de uma metodologias de projeto sustentando-se em racionais teóricos de exploração reconstrutiva – demarcando-se de lógicas informativo/instrutiva -, valorizam as experiências e necessidades dos sujeitos alvo, promovem oportunidades para os jovens partilharem ideias e preocupações comuns, envolvendo-os em experiências que encorajam a comunicação com a família, com os pares e com outros recursos da comunidade, permitindo-lhes a construção de significados a partir das experiências vivenciadas e refletidas possibilitando-lhes, no âmbito de uma relação de apoio emocional, atender à sua lógica de organização e funcionamento idiossincrática, renunciando à prescrição de modos de pensar, sentir ou agir pré-definidos (Menezes, 2010). Estas intervenções, segundo uma metodologia de projeto, com dinâmicas ativas e participativas, centrada nas necessidades dos sujeitos e contextualizadas, têm impactos decisivos na transformação dos sujeitos com resultados efetivos que perduram ao longo do tempo (Goldfarb & McCaffree, 2000).

Tendo em conta a revisão do estado da arte, recomenda-se que as intervenções de educação sexual a desenvolver em contextos escolares deveriam assumir uma metodologia de projeto - em contraponto com a de programa ou seja, um pacote pré-definido e com estrutura rígida generalizado a todos os contextos – porque intencionalmente definem os pressupostos conceituais subjacentes à intervenção; procedem à análise do contexto e avaliação de necessidades; definem os objetivos da intervenção em função das necessidades identificadas nos grupos alvos e seus contextos; selecionam

estratégias e atividades dinâmicas e participativas que envolvam os participantes; preparam a implementação da intervenção; implementam e avaliam o processo dos impactos da intervenção para se repensarem e reformularem as necessidades, objetivos e atividades para que se ajustem às necessidades do grupo a quem a intervenção se destina (Illback, Zins, Maher & Greenberg, 1990; Menezes, 2010).

Carlos Manuel Gonçalves
Professor Auxiliar na FPCEUP

Referências citadas

- Goldfarb, E. S. & McCaffree, K. (2000). Toward a More Effective Pedagogy for Sexuality Education: The Establishment of Democratic Classrooms. *Journal of Sex Education and Therapy*, 25 (2 & 3), 147-155.
- Illback, R. J., Zins, J. E., Maher, C. A. & Greenberg, R. (1990). An overview of principles and procedures of program planning and evaluation. In T. B. Gutkin & C. R. Reynolds (Eds.). *The handbook of school psychology*, (799-820). 2nd ed. N.Y.: Wiley.
- Martin, J. (1990). Confusions in Psychological Skills Training. *Journal of Counseling & Development*, 68, 402-407.
- McIntyre, T. & Araújo, S. (1999). Programas de Promoção da Saúde: Avaliação da Eficácia de um Programa de Promoção da Saúde Psicosexual para Adolescentes (PPSPA). In Soares, A.P.; Araújo, S. & Caires, S. (Orgs.). *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: APPORT.
- Menezes, I. (2010). *Intervenção Comunitária: Uma Perspetiva Psicológica*. 2ª Ed. Porto: Livpsic.